

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1571031 - MS  
(2019/0252226-4)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO  
SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADO : EDYEN VALENTE CALEPIS - MS008767**  
**AGRAVADO : VICTOR HUGO BORGES DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : ALMIR VIEIRA PEREIRA JÚNIOR - MS008281  
ELOÍSIO MENDES DE ARAÚJO E OUTRO(S) -  
MS008978**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CAUSA DE VALOR IRRISÓRIO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS DE FORMA EQUITATIVA (ART. 85, § 8º DO NCPC). PERCENTUAIS PREVISTOS NO ART. 85, § 2º DO NCPC. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Esta Corte possui o entendimento de que, *na apreciação equitativa, o magistrado não está restrito aos limites percentuais estabelecidos no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil/2015* (AgInt no AREsp 1.173.218/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 15/6/2018).

3. Assentada a irrisoriedade do valor da condenação, revela-se inviável afastar a conclusão do Tribunal sul-mato-grossense sem o revolvimento do contexto fático-probatório, tendo em conta o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator